

**DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA À MODERNA EXPROPRIAÇÃO NA AMAZÔNIA
PARAENSE: REFLEXÕES À LUZ DA TEORIA CRÍTICA**

**DE LA ACUMULACIÓN PRIMITIVA A LA EXPROPIACIÓN MODERNA EN LA
AMAZONIA PARAENSE: REFLEXIONES A LA LUZ DE LA TEORÍA CRÍTICA**

**A FROM PRIMITIVE ACCUMULATION TO MODERN EXPROPRIATION IN THE
AMAZON OF PARÁ: REFLECTIONS IN THE LIGHT OF CRITICAL THEORY**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.45090>

Nádia Socorro Fialho Nascimento¹

Maria Elvira Rocha de Sá²

Resumo: Este texto aborda os processos de expropriação que se dão, historicamente, sobre a região amazônica, em particular a Amazônia paraense, a partir da sua subordinação às relações sociais de produção capitalista o que se deu (e se dá), em função da presença nela de recursos naturais imprescindíveis ao processo produtivo capitalista. Baseado em Pesquisa Bibliográfica e Documental, o texto objetiva demonstrar como a produção de riqueza – pela via da implantação de grandes projetos econômicos/infraestruturais na região –, (re)produz a expropriação dos meios de reprodução social dos(as) amazônidas.

Palavras-chave: Amazônia paraense. Acumulação Primitiva. Expropriação. Teoria Crítica.

Resumen: Este trabajo discute los procesos de expropiación que han tenido lugar históricamente en la región amazónica, particularmente en la región amazónica de Pará, debido a su subordinación a las relaciones sociales de producción capitalista, lo que ocurrió (y aún ocurre) debido a la presencia de recursos naturales esenciales para el proceso produtivo capitalista. A partir de una investigación bibliográfica y documental, el texto pretende demostrar cómo la producción de riqueza -a través de la implementación de grandes proyectos económicos/infraestructurales en la región- (re)produce la expropiación de los medios de reproducción social de los amazónicos.

Palabras clave: Amazonía paraense. Acumulación primitiva. Expropiación. Teoría Crítica.

Abstract: This paper discusses the processes of expropriation that have historically taken place in the Amazon region, particularly the Amazon within the state of Pará, due to its subordination to the social relations of capitalist production. Based on bibliographical and documental research, the text aims to demonstrate how the production of wealth - through the implementation of large economic/infrastructural projects in the region - (re)produces the expropriation of the means of social reproduction of amazonians.

Keywords: Pará's Amazonia. Primitive Accumulation. Expropriation. Critical Theory.

Iniciando o debate

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Este já não é o reino das maravilhas, onde a realidade derrubava a fábula e a imaginação era

humilhada pelos troféus das conquistas, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os (GALEANO, 1985, p. 13).

A apreensão dos complexos processos que se dão sobre a Amazônia brasileira³ só é possível a partir de uma leitura da realidade como totalidade social. Com isso destaca-se, logo de início, a crítica não apenas às análises conservadoras de plantão como, especialmente, àquelas que, pretensamente críticas, acabam por resvalar para uma análise fragmentada da realidade, induzindo ao equívoco de desviar o foco de análise. A perspectiva teórico-metodológica adotada neste texto parte da fundamentação da teoria marxiana e marxista, buscando evidenciar a essência dos processos desencadeados, historicamente, sobre a Amazônia, os quais, em meio a mais uma das crises cíclicas da sociedade do capital, acirram a exploração desenfreada a que ela é submetida.

No contexto do ultraneoliberalismo, que ameaça direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora, corre-se o risco da própria destruição humana e não apenas em função da pandemia da Covid-19. Na verdade, como já o disseram, a propagação pandêmica do vírus é apenas o resultado do acirramento do modo de produção que se mantém pela incessante apropriação privada dos recursos naturais e da força de trabalho. Luxemburgo (1988) já destacava que as matérias-primas se constituem em elemento essencial ao processo produtivo e, por essa razão, o capital avança sobre as áreas não capitalistas, que a autora denomina de “sociedades de economia natural”, para nelas explorar esses recursos. Complementamos esta reflexão com Fontes (2010) que, ao abordar a dinâmica contemporânea do capitalismo sustentado na lógica que ela nomeia de “capital-imperialismo”, argumenta que a expansão capitalista se dá por meio de um processo permanente e exasperado de expropriação, condição fundamental para “disponibilização crescente da população mundial ao capital” (p. 42).

Não é outra a configuração que se encontra na Amazônia brasileira que, assim como outras áreas do planeta ricas em recursos naturais, é palco de complexos fenômenos determinados pela busca incessante de matérias-primas e/ou recursos locais, imprescindíveis ao processo produtivo comandado pelo capital em diferentes frações. Como destacado por Fialho Nascimento (2006), os fenômenos que alimentam a mídia nacional e internacional sobre a Amazônia resultam das contradições inerentes à sociedade do capital e são mediatizadas pela particular inserção da Amazônia no contexto da acumulação capitalista. Isso posto, importa destacar que as múltiplas e multifacetadas expressões daquilo que denominamos de “questão social”⁴, na Amazônia se materializam numa massiva desigualdade social, numa recorrente agressão à natureza, num *record* de violência na área rural, num explosivo adensamento populacional dos centros urbanos, numa permanente ameaça aos grupos indígenas e às comunidades tradicionais em geral, numa impune biopirataria, numa recorrente prostituição infanto-juvenil e adulta, numa criminosa presença do trabalho análogo à escravidão e do trabalho infantil, isso para ficar apenas nos fenômenos mais divulgados pelos meios de comunicação.

Para contribuir na apreensão destes e de outros processos em curso na Amazônia que, como o disseram Malheiro *et al* (2021, p. 17), “interessam à humanidade inteira”, estas notas⁵ partem da reflexão dos processos de “acumulação primitiva”⁶ sobre a Região chegando às modernas formas de expropriação que têm conduzido, todas elas, independentemente do período histórico, aos mesmos resultados. De um lado, uma potencialização da produção de riquezas em regiões/países ricos em matérias-primas como na Amazônia e, de outro, a materialização da máxima da “lei geral da acumulação capitalista” segundo a qual, à produção de riqueza corresponde, na mesma proporção, a produção de miséria.

Da “acumulação primitiva” aos processos modernos de expropriação capitalista

A chamada “acumulação primitiva” que se realizou sobre as vastas colônias dominadas pelas nações imperialistas foi direcionada no sentido de reforçar a exportação das matérias-primas necessárias à acumulação de capital. Dentre os processos históricos que constituem a própria “acumulação primitiva”, destacam-se a expansão comercial europeia e o conseqüente sistema colonial. Para Luxemburgo (1988), a política colonial levada a efeito no processo de “acumulação primitiva” se explica pela necessidade incessante do controle dos meios de produção e o resultado final desse processo, desencadeado pelos colonizadores sobre as colônias da Ásia, da África e da América, foi o mesmo produzido originalmente sobre a Europa. Os objetivos eram os mesmos – a destruição da propriedade comunal e a separação final do homem dos seus meios de produção, abrindo caminho para o apossamento direto dos recursos naturais e para a “liberação” do homem, condições elementares para o processo de constituição do próprio capitalismo.

Disso resulta a compreensão de que a constituição daquela massa pauperizada não foi um fenômeno natural, como não o foi a acumulação de capital nas mãos de uns em detrimento da imensa maioria, mas fruto daquela acumulação anterior, chamada primitiva, sem o conhecimento da qual o capitalismo apresenta-se como um desenvolvimento natural do espírito competitivo do homem, quando não de uma motivação divina (FIALHO NASCIMENTO, 2004, p.14).

O processo que cria o sistema capitalista consiste “apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, num processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos” (MARX, 1989, p. 830). A colonização se constituiu assim no grande e verdadeiro vetor do que Marx veio a conceituar como “acumulação primitiva”, sendo o saque colonial o método pelo qual as riquezas das sociedades colonizadas foram transferidas para as sociedades colonizadoras, que as transformaram, por sua vez, em capital, coisa que até então não eram.

A substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios constituiu a passagem do capitalismo para uma fase superior, que Lenin (1982, p. 14) chama de “imperialismo”, “caracterizada pela dominação absoluta dos trustes, pela onipotência dos grandes bancos, pela política colonial em grande escala etc.”. A ação colonial inerente a esse período, apenas assume novos contornos na fase da história mais recente do capitalismo quando, para Luxemburgo (1988), as empresas capitalistas, especialmente na virada do século XIX para o século XX, buscaram cada vez mais matérias-primas, base material da mais-

valia e é nas sociedades que ela conceitua de “economia natural” que se encontra em maior quantidade essa base material das forças produtivas.

Na era do capitalismo dos monopólios, a exportação de capitais, associada à formação dos grupos monopolistas tanto produziu a mundialização, através do comércio e da exportação, como também a “formação de grupos multinacionais, da colonização que conduz à partilha do mundo” (BEAUD, 1987, p. 223). No caso do comércio exterior este realizou-se, primeiramente, sobre as colônias da Ásia, África e América, de onde as grandes metrópoles, inicialmente Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra, retiravam as matérias-primas coloniais que processavam e devolviam (pelo comércio) sob a forma de produtos manufaturados.

Já na fase do capital monopolista a expansão dos mercados termina por retardar tanto a tendência ao subconsumo, como a tendência à queda da taxa de lucro, uma vez que se dá a possibilidade irrestrita dos monopólios, conforme o indica Sweezy (1985), terem acesso exclusivo a matérias-primas escassas. Disso resulta o seu barateamento e, ainda, ao lado da exportação de mercadorias, a exportação de capitais toma a “forma especial de ‘investimento direto’, ou seja, do estabelecimento de fábricas filiais em países estrangeiros” (p. 230).

A transferência das unidades produtivas para os países de capitalismo periférico está ligada, assim, à formação dos grupos multinacionais como produto da etapa monopolista do capital. Estas empresas, armadas de alta tecnologia⁷, desenvolvidas e apoiadas solidamente no mercado mundial, como pilar estratégico nesta nova fase do capital monopolista, realizam o saque contra as chamadas “sociedades de economia natural”, mas o fazem, diferentemente do período colonial, sob novos aspectos. Como destacado por Leal (1996), “trata-se de uma mudança de método, não de objetivo. O saque colonial permanece íntegro como o era sob o colonialismo tradicional, acrescido, porém, de uma capacidade técnica superior, que devora e exaure em muito menor tempo os recursos explorados” (p. 9).

Pressupondo o “equilíbrio” – que no capitalismo não se realiza e não pode existir – das relações entre os países, o comércio exterior esconde a relação colonial oriunda dos primórdios do modo de produção capitalista. Assim pode-se dizer que as empresas multinacionais surgem no contexto de uma busca por maiores possibilidades de acumulação, face às restrições estruturais do capitalismo e que elas logram obter, também, além de matérias-primas em condições excepcionalmente vantajosas, novas fontes de lucro extra.

A crescente internacionalização do capital agravou as relações de troca desigual entre os diferentes países, relações estas que foram historicamente construídas de forma subalternizada. Ao analisar a diferença de ritmo no processo histórico do desenvolvimento capitalista, Mandel (1985) destaca – tomando por base os casos da Rússia e do Japão na segunda metade do século XIX -, que essa diferença de ritmo implica uma desigualdade de troca, a chamada troca desigual:

A troca de mercadorias produzidas em condições de mais alta produtividade do trabalho por mercadorias produzidas em condições de mais baixa produtividade do trabalho era uma troca desigual; era uma troca de menos trabalho por mais trabalho que inevitavelmente conduziu a um escoamento, a um fluxo para fora do valor e capital desses países (MANDEL, 1985, p. 35).

A obtenção, especialmente dos recursos minerais e energéticos, em condições excepcionalmente vantajosas, auferiu fontes extras de lucro, o que se fez e ainda se faz, sobre regiões-nações onde se pode obter tanto força de trabalho como matérias-primas a baixos custos. A máxima rentabilidade dada por estas condições consolidou a inserção subordinada destes espaços como fornecedores de matérias-primas ao mercado mundial capitalista caracterizando, em pleno século XX, o que Marques (2012) denominou, em relação à Amazônia, de “moderna colônia energético-mineral”. Nesta, a abundância de recursos naturais condicionou, desde a colonização, a sua inserção subordinada ao mercado mundial capitalista. Mas foi sobretudo a partir do Golpe e da Ditadura Militar (1964-1985) que o Estado brasileiro criou as condições institucionais e infraestruturais para a internacionalização do capital com o aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia pela via da abertura da região ao capital internacional, especialmente, com a construção de “grandes projetos”⁸, demarcando um momento particular na história da Região.

A construção de estradas, na Amazônia, na década de 1970, se inscreve no conjunto de medidas adotadas pelos governos militares para dotar a região de infra-estrutura [sic] básica de apoio aos projetos de desenvolvimento comandados pelo grande capital. [...]. O programa de integração dos militares previa a construção, além da Transamazônica, das estradas Perimetral Norte, Santarém-Cuiabá e Manaus-Porto Velho, que se somariam à rodovia Belém-Brasília, construída ainda no governo de J. Kubitscheck. Os programas de colonização associados à construção da Transamazônica resultaram num rápido e devastador processo de ocupação da região (FIALHO NASCIMENTO, 2006, p. 110).

As grandes obras de infraestrutura, estimuladas a partir dos governos militares, foram devastadoras para a Amazônia e, tal como na atual quadra histórica, suas consequências se fizeram, como se fazem atualmente, mais nefastas para os chamados povos originários. Citando dados internacionais, Foladori (2001) destaca os resultados da abertura de estradas como a Transamazônica que, após atraírem camponeses que assumiriam o papel de colonizadores e que foram, na sequência, expulsos por latifundiários, também contribuíram, decisivamente, para o massacre de grupos indígenas.

Entretanto, ninguém sabe o que se passou com os 29 grupos indígenas que viviam ao longo da rota transamazônica em 1970. Alguns desses, segundo o ministro do Interior, eram “muito agressivos”. Um desses grupos, os Arara, foi-se de sua comunidade quando a estrada cortou em duas as suas terras, abandonando seus cultivos para que os colhessem os próximos ocupantes. [...]. Outras estradas catastróficas para os indígenas incluem a BR-80, que em 1970 dividiu o Parque do Xingu, favorecendo os enfrentamentos entre os Txukuhamae e os fazendeiros invasores: a estrada Cuiabá-Santarém (BR-163), que em 1973-4 causou a morte de cerca de 80% dos recentemente contatados Kren Akarore [...] e a Cuiabá-Porto Velho (BR-364), criada pelo Banco Mundial, que está levando à destruição os Nambiquara [...]. (Survival International *apud* FOLADORI, 2001, p. 190-191).

As ações dos governos militares incluíram ainda Programas de Colonização Dirigida, Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) I, II e III (que objetivavam, no plano formal, superar os chamados “desequilíbrios regionais”), Programas de Integração Nacional (PIN); o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA); outorga do Estatuto da Terra (1964); Política de Incentivos Fiscais (1966); revisão do Código de Minas (1967), bem como a promulgação de uma nova Constituição Federal (1967). Com relação à Política de Incentivos Fiscais, ela foi exaltada por uns como mecanismo original de dinamização da economia da região, através do binômio governo/setor privado quando, na

verdade, produziu graves distorções ao privilegiar grandes e médios empreendimentos que produziram impactos de ordem social e ambiental sobre a região. Como destacado por Marques (2007), “ao mobilizar recursos para a ‘integração’ da Amazônia, o Estado garantiu a inserção de capitais nesta região. Mais que isso: proporcionou a acumulação ampliada do capital respondendo aos interesses da burguesia nacional e multinacional” (p. 39).

A partir das ações do Estado brasileiro capturado pelos governos militares, desenrolou-se na Amazônia a partir da década de 1970, uma nova fase na sua história, marcada por formas “modernas” de acumulação de capital, todas elas guardando o mesmo objetivo, o de apropriação privada da natureza. Referindo-se a esse período Magalhães (1987) destaca o que chama de “grandes intervenções”,

compreendendo programas, projetos e mesmo atividades de grande vulto. (...) [classificando-os como] **[1] Grandes Projetos de Desenvolvimento Regional Explícito:** a) Incentivos Fiscais administrados pela SUDAM (apoio a projetos do setor privado); b) Incentivos Fiscais administrados pela SUFRAMA (apoio a projetos do setor privado); c) Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); d) Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (POLONOROESTE); e) Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas (PDRI Amazonas). **[2] Grandes Projetos Setoriais/Nacionais:** a) Programa Grande Carajás (Carajás - Ferro; Albrás - Alunorte - Alumina e Alumínio; Hidroelétrica [sic] de Tucuruí⁹; Ferrovia Carajás - São Luís; Porto de Vila do Conde); b) Projeto Jari; c) Probor - Programa da Borracha; d) Projeto Trombetas (Mineração de bauxita)” (MAGALHÃES, 1987, p. 32-33, grifos nossos).

A chamada integração econômica da Amazônia brasileira ao mercado mundial, pela via da exportação dos recursos naturais – notadamente os minerais -, reforçada nos governos militares teve continuidade nos sucessivos governos “democráticos”. O Estado na Amazônia continuou a ser funcional ao grande capital e suas diferentes frações pois, além da infraestrutura à produção realizada no período anterior - no contexto do que Mandel (1985) denominou de “Estado do capitalismo tardio” -, nas primeiras décadas do século XXI se construiu todo um aparato burocrático institucional ao desenvolvimentismo (MARQUES, 2007). Todas estas ações ratificam o papel do Estado de “comitê de administração dos negócios da burguesia” (MARX, 2001).

Sob a ótica das elites locais e nacionais, estes grandes empreendimentos econômicos passaram a representar o desenvolvimento da Região, o que se constitui, a nosso ver, na aparência do fenômeno, impedindo que se veja a sua essência, a internacionalização do capital. As empresas transnacionais aqui instaladas, beneficiadas por aquela política de incentivos fiscais e outros benefícios deste período de desregulamentação, privatização e flexibilização, organizam a produção de matéria-prima a baixo custo (força de trabalho, energia subsidiada, infraestrutura oferecida pelo Estado, fiscalização ambiental incipiente e etc.), remetendo-a aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando, assim, o ciclo de produção e acumulação de capital. Um mercado cartelizado controla todo esse ciclo produtivo, de acordo com seus interesses, o que implica o controle dos preços das matérias primas. Assim, se quiserem gerar divisas, os países retardatários terão que extrair e exportar, cada vez mais (e com maior prejuízo social e ambiental) seus recursos naturais marcados, inexoravelmente, pela finitude.

Expropriação e pauperização na Amazônia paraense a partir de Grandes Empreendimentos Econômicos

Na Amazônia, as alterações nas relações dos homens entre si e destes com a natureza têm raízes históricas, oriundas da inserção de relações capitalistas nos seus espaços, processo desencadeado desde a colonização do período mercantil. Como já destacado, nossa argumentação é de que as ações do Estado, nas diferentes esferas de governo, vêm reproduzindo, independentemente das formas e regimes de governo, a lógica de favorecimento da apropriação privada dos recursos da natureza nos espaços amazônicos. Os processos de transformação da Amazônia em fronteira de acumulação do capital foram sendo consolidados a partir da efetiva ação do Estado brasileiro, com a criação de condições institucionais/infraestruturais para a internacionalização do capital pela via das multinacionais, instrumentos privilegiados do moderno saque aos recursos naturais finitos existentes no solo e subsolo amazônico.

Os processos decorrentes da implantação dos empreendimentos – públicos e/ou privados, econômicos e/ou infraestruturais -, contribuíram, dentre outros, para a expropriação do nativo, que foi perdendo aquilo que lhe permite a reprodução das suas condições materiais de existência - a terra e os espaços da natureza. A essa expropriação seguiu-se, para expressiva parte deles, como alternativa, a migração que produziu, entre outros processos, alta concentração urbana nas capitais da Região Norte. Este é o caso de Belém, capital do estado do Pará, onde a população expropriada de seus meios de produção habita áreas denominadas “baixadas”¹⁰ onde as condições de saneamento básico são precárias e insuficientes. Aliado a isso e dentre outros processos, essa população está sujeita, nesses espaços, às doenças causadas por veiculação hídrica provocadas pela falta/insuficiência da coleta e tratamento adequado do esgoto. Em 2019, segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da Região Metropolitana de Belém (RMB) era de 2.510.274 habitantes. Desta apenas 15,7% da população da capital recebe atendimento de coleta de esgoto e somente 2,8% dos esgotos de Belém são tratados¹¹.

Na área rural, a população do estado do Pará tem como agravante a ausência e/ou precariedade dos serviços públicos básicos – com destaque para os da saúde -, os quais estão, ainda, concentrados nas sedes de alguns poucos municípios paraenses. O atendimento fica limitado aos chamados postos de saúde e aos poucos hospitais que, no entanto, padecem da falta de equipamentos, leitos e profissionais de saúde especializados. Em janeiro de 2020, antes, portanto, da notificação dos primeiros casos de Covid-19 no Brasil, o número de leitos para internação disponíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na Região Norte era de 24.255, o que corresponde a 8,24 % do número total de leitos do país, que era de 294.280. Esta precariedade de leitos nos estados da Região Norte fica acima apenas da Região Centro-Oeste, que contava com 7,96 % do total de leitos hospitalares para internação do SUS¹². A população do interior amazônico é a mais afetada por estas condições, sendo que, muitas vezes, tem que deslocar-se para a capital do estado do Pará, Belém, no que, além de não contarem com recursos financeiros para

deslocamento, ainda podem ter agravadas suas condições de saúde, devido as longas distâncias a serem enfrentadas (de barco e/ou de ônibus).

Há que se refletir sobre o resultado dos processos de expropriação dos meios de (re)produção social, fundamentalmente do acesso à terra, na vida dos(as) trabalhadores(as) que, ao chegarem nos centros urbanos, oriundos de uma outra realidade, não têm garantido condições dignas de vida. A exclusão dos espaços e dos serviços de infraestrutura é apenas a parte mais visível do processo expropriatório porque, é a partir da perda da terra e dos espaços da natureza, pela implantação de grandes empreendimentos econômicos/infraestruturais, que parte desses(as) trabalhadores(as) se vê obrigada a migrar para os centros urbanos, manifestando-se aí a dialética campo/cidade.

Estes processos se dão em meio a uma conjuntura econômica extremamente perversa, marcada por ações ultraneoliberais que trazem, em seu bojo, a busca desenfreada pela valorização do capital, o que ameaça ainda mais os países e/ou regiões nos quais existem recursos naturais estratégicos ao processo produtivo. A busca exacerbada pela geração de divisas e suas correspondentes práticas tendem a submeter à exploração cada vez mais implacável, pela desigualdade expressa nas relações de troca no mercado mundial, as sociedades de economia subordinada, como o são aquelas situadas em toda região amazônica.

Isso se explica não só pela ação das empresas multinacionais – expressão moderna do saque às riquezas naturais –, como também, e complementarmente, pela ação dos poderes constituídos – executivo, legislativo e judiciário – subordinados, em maior ou menor grau, ao grande capital, seja ele nacional ou internacional. A clássica ação do Estado, com vistas a favorecer a acumulação capitalista é renovada a partir da defesa do chamado Estado mínimo, que significa “o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital” (FRIGOTTO, 1995, p. 84). Mesmo quando em sua fase social-liberal, caracterizada pelo sincretismo entre o mercado e o Estado e sob o discurso da promoção do bem-estar social, constata-se que não são questionadas “as dimensões nacionais e internacionais das lutas de classe, a natureza do Estado classista e das ideologias, o imperialismo das corporações multinacionais e dos Estados centrais e o caráter exploratório e iníquo da acumulação de capital” (CASTELO, 2010, p. 207).

O modelo de desenvolvimento regional conduzido pelo Estado brasileiro tem se caracterizado, assim, pela ocupação econômica predatória do espaço regional, ao mesmo tempo em que contribui, decisivamente, para a desestruturação da economia, da vida e da cultura da população local, nativa ou não. Sabe-se que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, mas tão somente fruto do desenvolvimento incessante das forças produtivas e, embora esta seja condição indispensável, não é condição suficiente para o processo de apropriação coletiva de bens e serviços produzidos socialmente.

Observa-se assim a estreita relação entre a universalidade dos processos históricos do desenvolvimento capitalista – contemporaneamente particularizados pela crise do capital e seu ideário ultraneoliberal –, e as singularidades dos processos locais presentes numa região como a Amazônia. O Estado, como gestor das Políticas Públicas de atendimento à população, apenas ensaia ações de caráter paliativo sem incorporar diretrizes efetivas na implementação de políticas de atendimento às populações atingidas pelos empreendimentos econômicos/infraestruturais. Para o Estado, historicamente, assim

como as diferentes frações do capital a ele associadas, as populações tradicionais – indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. -, que ocupam as áreas onde se construíram (e se constroem) grandes empreendimentos econômicos, são obstáculos a serem removidos para dar lugar, ainda, ao propalado desenvolvimento regional.

Reflexões para o debate

Como tributária da política econômica voltada ao crescimento econômico, segundo os critérios da sociedade do capital, a Amazônia brasileira tem papel de reserva de recursos naturais reafirmado no contexto da crise capitalista contemporânea. A intensificação da exploração capitalista, em função da crescente e urgente necessidade de acumulação do capital, tem colocado em destaque o que se convencionou chamar de “questão ambiental”, sem que se discutam as relações presentes no interior do processo produtivo (capitalista). Este possui um conteúdo específico e estratégico, que é a relação técnica, na qual o que importa é o conhecimento do processo de trabalho e a forma como diferentes indivíduos se relacionam entre si para produzir. Concorde-se com Foladori (2001), para quem o fundamental no debate é o fato de não se discutir a forma social de produção, desviando o foco de análise para a eficiência das medidas mitigadoras. As “soluções” para a crise ambiental fundamentadas em paradigmas como do desenvolvimento sustentável ou autossustentável/sustentado interessam a quem? A sustentabilidade pretendida interessa a quem? E, ainda, quem são os principais agentes da disseminação destas ideias? Respostas a estas e outras questões significam decifrar o enigma, como o que se defrontou Édipo diante da Esfinge ou, como propõe Harvey (2011), do “capital e [d]as crises do capitalismo”. Configura-se, assim, o desafio em decifrá-los rapidamente, do contrário, enquanto se está a decifrá-los, eles poderão nos devorar (SÁ *et all*, 2014).

Tendo por base esses questionamentos, há que se indagar sobre o futuro de regiões como a Amazônia, onde a abundância de recursos naturais, imprescindíveis ao processo produtivo, mantém espaços prisioneiros das necessidades de acumulação capitalista. Os projetos de desenvolvimento calcados no crescimento econômico, com seus impactos ambientais nem sempre contabilizados continuam a ser priorizados, seja na Amazônia brasileira como em toda a Panamazônia.

Os fenômenos presentes nessa realidade complexa que é a Amazônia estão relacionados aos processos sociais desencadeados historicamente sobre ela e resultaram/resultam, no passado e no presente, da intensificação do processo de ocupação do território e da conseqüente exploração de seus finitos recursos naturais. Os mais atingidos pelo modelo de desenvolvimento para a região, que prioriza tão somente o crescimento econômico, são as chamadas populações tradicionais (ribeirinhos, índios, quilombolas, seringueiros, pescadores, entre outros). Estas populações estão sendo afetadas por esse processo e pelos agentes do capital (madeireiros, sojeiros, grileiros, latifundiários etc.) e são confrontadas no seu cotidiano com interesses econômicos e políticos inteiramente contrários às suas práticas tradicionais.

As ações do Estado, em nível federal, regional, estadual e municipal, na condução das políticas públicas são decisivas na manutenção do modelo de desenvolvimento historicamente adotado, mantendo a Amazônia como empório de recursos naturais imprescindíveis à acumulação capitalista. Os resultados decorrentes do saque a estes recursos e das agressões ao meio social nativo foram agravados a partir do Golpe Militar de 1964, num primeiro momento, seguido pelo planejamento oficial adotado e pela completa submissão do Estado brasileiro à pressão pelo pagamento da dívida externa.

A partir da crise capitalista global iniciada na década de 1970 e, mais recentemente, a partir de mais uma de suas manifestações, cresceu a pressão sobre a Amazônia – a partir da exportação de *comodities* -, e as ações do Estado brasileiro – no seu caráter geral de Estado -, continuaram a se dar no sentido de permitir uma ocupação e exploração insanas da região. Os Estados Nacionais agem, nesse contexto, de forma a subsidiar as ações do capital, e o fazem tanto desenvolvendo ações concretas como - e necessariamente - elaborando discursos que referendam, em nível político, aquelas ações. Assim como no passado surgiram propostas de desenvolvimento regional, mais recentemente foram propalados discursos como do desenvolvimento sustentável, os quais logram desviar o foco da análise dos determinantes históricos da sociedade do capital mas sequer minimizam as carências básicas da população local.

Feitas estas considerações, há que se destacar que a realidade da Região Amazônica deve ser compreendida a partir de sua inserção, historicamente subordinada, no quadro da acumulação capitalista mundial. Esta se realizou - e se realiza - com base na exploração das sociedades herdeiras da sina colonial, especialmente aquelas ricas em recursos naturais, imprescindíveis aos países de capitalismo avançado, especialmente nos períodos de crise como o que o sistema experimenta nas últimas décadas. A expansão imperialista em nível global, no contexto do ultraneoliberalismo, acontece em meio à reatualização do papel do Estado como “servo” do capital, destruindo estruturas de proteção social contra os efeitos devastadores da adoção da lógica capitalista. Com o aval dos Estados Nacionais, subalternizados pelas recomendações políticas e econômicas dos organismos multilaterais, as relações capitalistas prevalecem, sem barreiras, nos países retardatários, especialmente naqueles que possuem áreas já subordinadas pela ação colonialista, seja ela interna ou externa.

O Brasil e, por extensão, sua mais valiosa peça de barganha, a Amazônia brasileira, enquadra-se nesse conjunto de países, ainda ditos de Terceiro Mundo e, para a infelicidade de sua gente, a Região destaca-se pela riqueza da sua biodiversidade e pelas suas potencialidades minerais, hídricas, agropecuárias e locais. A via privilegiada de exploração destas riquezas e vantagens é conhecida, no quadro dos estudos realizados nas últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI, como Grandes Projetos ou Grandes Empreendimentos, econômicos/infraestruturais. Seus instrumentos privilegiados – as empresas multinacionais e transnacionais -, dispõem de tecnologia de última geração e de capital ávido para ser empregado onde a lucratividade exceda os níveis alcançados em seus países de origem. Operam como enclaves que, justamente por essa condição, não logram disseminar qualquer efeito positivo sobre as áreas/nações onde se instalam. A presença destes enclaves tem significado, literalmente, a morte, humana, animal e vegetal, de que os “desastres” ambientais de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), ambos em Minas Gerais e em Barcarena¹³, no estado do Pará, foram testemunhas recentemente.

Enquanto pesquisadoras(es) comprometidas(os) com a emancipação humana, interessa-nos garantir o debate permanente sobre a apreensão dos processos em curso na Amazônia, o que só pode dar-se por meio da crítica radical à sociedade do capital posto que, sem ela, não se evidencia a essência dos processos desencadeados, historicamente, sobre a Região. Estes, no contexto da crise capitalista contemporânea e da vigência do projeto ultraneoliberal, somados à pandemia da Covid-19, acirram a exploração desenfreada de que ela tem sido alvo, produzindo e reproduzindo velhas e novas expressões da “questão social”.

Referências:

- BARCARENA LIVRE INFORMA 1: **37 anos de desastres ambientais em Barcarena**. Belém: IBASE, v. 1, 2016.
- BEAUD, M. **História do capitalismo, de 1500 a nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTELO, R. (org.). **Encruzilhadas na América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- DATASUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/leiintbr.def>. Acesso em: 03 Jul 2021.
- FIALHO NASCIMENTO, N. S. Desenvolvimento Capitalista e “Questão Social”: notas para o debate. *In: Revista Praia Vermelha: estudos de política e teorias social*. Rio de Janeiro: UFRJ. Nº 10, 2004.
- FIALHO NASCIMENTO, N. S. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista: Elementos para uma compreensão da “Questão Social”** na região. 2006. Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Tradução de Marise Manoel. São Paulo: Editora da UNICAMP: Imprensa Oficial, 2001.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Brasil: EPSJV/Fiocruz e UFRJ, 2010.
- FRIGOTTO, G. Crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. *In: Pablo Gentili (org.). Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GUERRA, G. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. *In: Ana Claudia Duarte Cardoso (org.). O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 6ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LEAL, A.L. **Grandes Projeto Amazônicos: dois casos precursores**. 1996. Tese (Doutorado) – PUC, São Paulo, 1996.
- LENIN, V.I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo, Global Editora, 1982.
- LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Tradução de Marijane Vieira Lisboa. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MAGALHÃES FILHO, F. Grandes projetos ou grande projeto? *In: COSTA, J.M.M. (Coord.). Os Grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Caderno NAEA*. Belém: NAEA/UFPA, n. 9, 1987.

- MALHEIRO, B.C.P.; PORTO-GONÇALVES, C.W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. 1º Ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.
- MANDEL, E. **Capitalismo Tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira. São Paulo, Nova Cultural, Os Economistas, 1985.
- MARQUES, G. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira**. 2007. Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MARQUES, G. Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral? **Universidade e Sociedade**. Ano XXI, nº 49, jan, 2012. Brasília: Andes-SN, 2012.
- MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro I, volume IV, [s.l.], Bertrand Brasil, 1989.
- MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&MP, 2001.
- NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Ano 2, n. 3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.
- PANDOLFO, C. **Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.
- SÁ, M.E.R; FIALHO NASCIMENTO, N.S.; CRUZ, S.H.R.; CARDOSO, W.S. Desenvolvimento e desigualdade na Amazônia brasileira. In: CASTRO, E.R.; FIGUEIREDO, S.L. (orgs.). **Sociedade, Campo Social e Espaço Público**. Belém: NAEA, 2014.
- SWEEZY, P.M. **Teoria do desenvolvimento capitalista - Princípios de economia política marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- TRATABRASIL. Disponível em <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade?id=151>. Acesso em 03 Jul 2021.

Notas

¹ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e da Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Grupo de Pesquisa Política Urbana e Movimentos Sociais na Amazônia globalizada - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/269765>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0757907626776627>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9680-7006>. E-mail: fialho@ufpa.br.

² Professora Doutora Aposentada do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Grupo de Pesquisa Política Urbana e Movimentos Sociais na Amazônia globalizada link:<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/269765>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9993934259448457>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1403-9347>. E-mail: marel.rdsa@gmail.com.

³ Neste texto nos referimos à Amazônia brasileira enquanto espaço situado nesta vasta região do planeta conhecida por Amazônia, que possui “uma superfície estimada em torno de 7,5 milhões de km², representando cerca de 44% do território sul-americano” (PANDOLFO, 1994, p. 32). Nomeamos como Amazônia o espaço não exclusivamente brasileiro e sim como espaço latinoamericano, abrangendo 09 (nove) países: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O Brasil é o que possui a maior extensão territorial, com aproximadamente 45% da área global o que corresponde a 60% do território brasileiro, abrangendo a Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima) e parte do estado do Maranhão, no Nordeste. Nos limites deste texto destacamos, ainda, seguindo a perspectiva de Porto-Gonçalves (2001), que “a Amazônia é, sobretudo, diversidade. (...). Há a Amazônia da várzea e a da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. (...). Há várias amazônias na Amazônia” (p. 9-10). Complementando essa importante reflexão, há que se destacar ainda que ela não se refere apenas ao meio físico da Amazônia, o que reforçaria uma perspectiva fragmentada de análise pois, segundo Malheiro et al (2021, p. 200), “a sócio-bio-diversidade [que] traduz um patrimônio de múltiplas temporalidades, conformando um metabolismo complexo, que tanto sustenta a reprodução da vida na região como participa do metabolismo global”.

⁴ De acordo com Netto (2001) a “questão social” surge como expressão de uma nova dinâmica da pobreza que emerge no século XIX vinculada, embrionariamente, ao surgimento da classe operária e à ameaça que esta representava para a ordem burguesa. Ainda segundo o mesmo autor, a partir dos acontecimentos políticos de 1848 o pensamento conservador se apropriou da

expressão e ela tanto é naturalizada, como convertida em objeto de ação moralizadora. Em ambos os casos, destaca o autor, o enfrentamento de suas manifestações se dá por meio de “um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção” (p. 44). É por concebê-la como necessariamente colada à sociedade burguesa que Netto (2001) a utiliza com aspas, o que reproduzimos aqui, para indicar a sua apropriação pelo ideário burguês no sentido de sua mistificação.

⁵ Estas notas derivam, em grande parte, de Tese de Doutorado (FIALHO NASCIMENTO, 2006) defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de resultados de Projetos de Pesquisa e Extensão vinculados à Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), com participação das autoras.

⁶ Neste texto, adotaremos a categoria “acumulação primitiva” entendendo-a, com Marx (1989), que ela é, fundamentalmente, o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção – responsável, junto a outros processos históricos –, pela própria constituição do modo de produção capitalista. Não nos ocuparemos, nos limites deste texto, do debate sobre a utilização da expressão “acumulação por espoliação”, como apresentado por Harvey (2004) embora ela se circunscreva ao campo da teoria crítica indicando, ainda, para uma apreensão do debate, a leitura de Fontes (2010).

⁷ Como a tecnologia se constitui numa redução do conhecimento científico a uma solução produtiva, aquilo que era produzido de uma forma passa a sê-lo de uma outra forma mais eficiente e, conseqüentemente, mais barata que o anterior. Isso porque a aplicação de novas tecnologias à produção resulta na redução dos custos da produção e no aceleração da mesma. Esta exploração se dá, entre outros métodos, pela via da implantação de empresas multinacionais e transnacionais, que dispõem de tecnologia de última geração e de capital ávido para ser empregado onde a lucratividade exceda os níveis alcançados em seus países de origem (LEAL, 1996).

⁸ Embora não seja possível, nos limites deste texto, discorrer sobre efeitos dos “grandes projetos” na Amazônia, um capítulo à parte na história da Região, destacamos com Leal (1996, p. 10) que o termo “grande projeto” “surgiu na Amazônia da década de 1970 para designar os empreendimentos-enclaves que operam retirando recursos naturais em grande quantidade, mandando-os para fora”. Partindo desse pressuposto, importa destacar que para o autor os precursores dos “grandes projetos” na Amazônia foram o Projeto Ford, no Rio Tapajós, na década de 1920 e o Projeto Indústria e Comércio de Mineração S/A (ICOMI), no Amapá, na década de 1940, ambos voltados ao atendimento de necessidades externas da sociedade do capital. Para apreensão destas reflexões indicamos a leitura de Leal (1996), informada nas referências.

⁹ A construção da Hidrelétrica de Tucuruí, ainda na década de 1980, ocorre para suprir energia elétrica, abundante e barata, para os Projetos Albrás-Alunorte e Projeto Ferro-Carajás, no Pará e, o projeto Alumar, no Maranhão. Guardando, independentemente do período, semelhança com processos autoritários, do qual decorreram significativos impactos socioambientais quando da construção de Tucuruí, na década de 2000 tem-se a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, também no Pará, do qual decorrem novos impactos socioambientais. Outro exemplo emblemático da ação do Estado, em particular na atual gestão do executivo federal (2019-2022), no sentido de garantir as condições institucionais para a expropriação legalizada da terra e dos seus recursos à serviço das diferentes frações do grande capital, é a volta à pauta do Congresso Nacional do Projeto de Lei 490/2007. Este PL trata do marco temporal e prevê que só poderão ser consideradas terras indígenas aquelas que já estavam em posse desses povos na data da promulgação da Constituição Federal de 1988. O texto flexibiliza o contato com povos isolados, proíbe a ampliação de terras que já foram demarcadas, permite a exploração de terras indígenas por garimpeiros e transfere da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Congresso Nacional a competência para a referida demarcação.

¹⁰ “Baixadas” são áreas onde predominam além de moradias e vias de acesso do tipo “palafitas” que são construções de madeira, sob estacas, predominantes em áreas alagadas ou alagáveis, modelo arquitetônico típico das regiões ribeirinhas na Amazônia brasileira.

¹¹ TRATABRASIL. Disponível em <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade?id=151>. Acesso em 03 Jul 2021.

¹² DATASUS. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/leintbr.def>. Acesso em 03 Ago 2021.

¹³ Segundo dados do “Movimento Barcarena Livre”, surgido em 2016 a partir das articulações entre moradores de comunidades tradicionais, organizações de trabalhadores de Barcarena, pesquisadores e outros profissionais, no município de Barcarena, no estado do Pará, foram contabilizados 25 (vinte e cinco) “acidentes” ambientais desde a instalação e funcionamento, a partir da década de 1990, do polo de beneficiamento de bauxita e caulim.

Recebido em: 17 de junho de 2021
Aprovado em: 19 de agosto de 2021